



Representantes da OAB, ABI e de partidos políticos no desagravo às vítimas da emergência

Representação política só na Câmara e Senado

DAVID EMERICH
da Editoria de Cidade

De nada valerem as dezenas de reuniões realizadas pelos partidos de oposição e pelos sindicatos do Distrito Federal para discutir a conquista da representação política em todos os níveis - do Senado às câmaras de vereadores. A Comissão Mista do Senado, que examina a proposta do presidente João Baptista Figueiredo, não recebeu nenhuma subemenda dispendo sobre a implantação de uma Assembleia Legislativa em Brasília.

Durante as últimas semanas, os corredores do Senado Federal e da Câmara dos deputados foram tomados por representantes de partidos políticos, de sindicatos, de associações de moradores e do empresariado, os quais trabalharam no sentido de abrir espaços para a conquista do direito de voto para Brasília no bojo da emenda do Governo. Os empresários, imediatamente, passaram a defender a emenda Gadelha, que aceita representantes de

Brasília junto ao Senado e Câmara dos Deputados. Os outros segmentos, entretanto, exigiam a ampliação destas conquistas e queriam que elas chegassem pelo menos até a uma Assembleia Legislativa.

De acordo com as separatas das subemendas, publicada ontem pela Comissão Mista em sua primeira versão (ela deverá ainda merecer reparos nos próximos dias por motivos técnicos), ao todo foram apresentadas seis propostas relativas a Brasília das quais 5 referem-se às eleições para o Senado e Câmara dos Deputados e apenas uma - a do senador Mauro Borges, por Goiás -, avança um pouco mais e também passa a aceitar uma câmara de vereadores.

A primeira subemenda, do grupo Pró-Diretas do Partido Democrático Social, permite ao povo de Brasília eleger 3 senadores e no mínimo 8 deputados, tal como os demais estados brasileiros. O número efetivo de deputados, entretanto, seria fixado pela Justiça Eleitoral pro-

porcionalmente à população. As subemendas apresentadas pelo deputado Múcio Athaide (PMDB-GO) e pelo senador Marcondes Gadelha (PDS-PB) possuem o mesmo conteúdo.

Ainda a nível de representação apenas no Senado e Câmara dos Deputados existem mais duas propostas, mas com redações diferentes das anteriores. O deputado Francisco Amaral (PMDB/SP) concede 6 deputados federais e a bancada do PDT, em sua proposta, estabelece uma graduação de vagas com base em números de eleitores, e, através dela, o Distrito Federal poderia chegar a uma bancada de até 7 parlamentares.

De todas as propostas, a mais original é a do senador Mauro Borges. Além de 3 senadores e 8 deputados, ele propõe uma Câmara de Vereadores, a ser eleita proporcionalmente com base nas populações do Plano Piloto e cidades-satélites, com poderes legislativos. O Governador do Distrito Federal seria nomeado pelo Presidente da Re-

pública, mas, obrigatoriamente, teria de passar pelo crivo de um plebiscito popular.

COMISSÃO

Passada a fase de mobilização e de discussão de idéias, os parlamentares a favor das eleições para Brasília, bem como os partidos locais, incluindo o PDS, voltarão as suas atenções para o parecer do relator da Comissão Mista, senador Aderbal Jurema. Ele tem autoridade para aceitar ou não as subemendas apresentadas, bem como estender a representação se assim julgar conveniente.

Se Aderbal Jurema não acatar qualquer uma das subemendas apresentadas, os seus autores, no dia da votação da emenda do presidente Figueiredo, poderão pedir destaque e votar em separado as suas propostas. O deputado Múcio Athaide já anunciou que adotará este comportamento e sua atitude poderá ser seguida por outros parlamentares caso o relator da Comissão Mista resolva negar o direito de voto para a população do Distrito Federal.